

CONTRATO CEDAE N.º 111 /2019 (DRI)

Contrato que entre si celebram a **COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS (CEDAE)** e a **HIDROPOÇOS LTDA.**

A **COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE**, sociedade de economia mista, com sede nesta Cidade, na Av. Presidente Vargas, nº 2.655 - Cidade Nova - Rio de Janeiro, registrada na JUCERJA sob o nº 5000, em 14 de agosto de 1975, inscrita no CNPJ sob o nº 33.352.394/0001-04, por seus representantes legais ao final assinados, Sr. JOSÉ BANDEIRA DE MELLO JUNIOR, Diretor Financeiro e de Relações com Investidores e Sr. CARLOS HENRIQUE COELHO BRAZ, Diretor da Região do Interior, doravante denominada **CEDAE** e a **HIDROPOÇOS LTDA**, situada Rua Agenório Araújo nº 395, Camargos, Belo Horizonte - MG, CEP: 30.520-220, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.300.096/0001-06, daqui por diante denominada **CONTRATADA**, representada neste ato por meio de seu Sócio Diretor ao final assinado, Sr. FREDERICO HERMETO SALLES, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade nº M-4.818-771 (SSP/MG), inscrito no CPF sob nº 814.503.546-53, residente e domiciliado na Alameda da Serra, nº 932,, Ap. 401, Vila da Serra, Nova Lima - MG, CEP: 34.000-000, resolvem celebrar o presente Contrato com fundamento no **Processo Administrativo nº E-07/100.755/2018**, mediante **LICITAÇÃO INTERNA nº 001/2019 - ASL-1.1**, que se regerá pelas normas da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, pelos preceitos de direito privado, bem como pelas cláusulas e condições seguintes:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

- 1.1. O objeto do presente ajuste é a **"CONSTRUÇÃO DE POÇOS TUBULARES PARA PESQUISA DE ÁGUA SUBTERRÂNEA E ESTUDO DE ALTERNATIVA PARA ABASTECIMENTO DE ÁGUA DE SÃO JOSÉ DO IMBASSAÍ NO MUNICÍPIO DE MARICÁ - RJ"**, conforme **LICITAÇÃO INTERNA nº 001/2019 - ASL - 1.1**.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DO DETALHAMENTO DOS SERVIÇOS

- 2.1. Inserem-se no escopo desta contratação, embora não transcritos, o detalhamento contido nos Anexos do Edital de Licitação nº. 001/2019; bem como a proposta da contratada, autuada às fls. 595/600 do processo E-07/100.755/2018 (volume 003).

TABELA RESUMO	
ITEM	DESCRIÇÃO
01	CANTEIRO DE OBRAS.
02	SERVIÇOS TÉCNICOS.
03	PERFURAÇÃO.
04	REVESTIMENTO E PROTEÇÃO.
05	FILTROS E PRÉ-FILTROS.
06	DESENVOLVIMENTO ENSAIO DE VAZÃO E DESINFECÇÃO.
07	INSTALAÇÃO HIDRÁULICA.
08	ELETRIFICAÇÃO.
09	ELABORAÇÃO DE MANUAL E PRÉ OPERAÇÃO, INCLUSIVE MANUAL DE POÇO.
TOTAL:	

\*Tabela com descrições detalhadas às fls. 597/598 (volume 003) do processo administrativo referência.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - OBRIGAÇÕES DA CEDAE

- 3.1. Constituem obrigações da **CEDAE**:



- a – efetuar os pagamentos devidos à **CONTRATADA**, nas condições estabelecidas neste Contrato;
- b – emitir eventuais autorizações específicas para atuação junto a terceiros;
- c – fornecer à **CONTRATADA** documentos, informações e demais elementos que possuir, ligados ao presente Contrato;
- d – nomear Comissão para o acompanhamento e para a aceitação provisória e definitiva do objeto.

#### CLÁUSULA QUARTA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

4.1. A **CONTRATADA** obriga-se a:

- a - Conduzir o objeto de acordo com o projeto básico e sua proposta técnica, inseridos, respectivamente, às fls. 454/472 e 595/599 do processo administrativo referência, bem como de acordo com as normas aprovadas para sua execução, em estrita obediência às leis vigentes;
- b – Obedecer às normas de Projeto de Execução de Obras da **CEDAE**, tomando delas expresse conhecimento;
- c - Responder pelos serviços que executar, na forma da lei;
- d - Prover os serviços, ora contratados, com pessoal adequado e capacitado em todos os níveis de trabalho, devidamente aprovado pela **CEDAE**;
- e - Providenciar e manter em vigor, por sua conta exclusiva, todos os seguros exigidos em virtude de Lei, com vigência a partir da data de início do objeto até seu aceite definitivo;
- f - comparecer, sempre que a **CEDAE** solicitar, aos seus escritórios ou em outro local indicado, por seu titular ou engenheiros credenciados, para examinar e prestar esclarecimentos a problemas relacionados com o objeto deste Contrato. A convocação deverá ser feita com, pelo menos, 48 (quarenta e oito) horas de antecedência;
- g- Atender a todas as solicitações de natureza técnica, bem como os métodos de inspeção e controle realizados pela **CEDAE**, assim como fornecer todos os dados e esclarecimentos solicitados em razão da execução do objeto;
- h- Manter a **CEDAE** informada, de acordo com as conveniências desta, de todos os pormenores dos serviços contratados;
- i- Obedecer estrita e rigorosamente aos prazos de execução constantes deste Contrato, cabendo à **CEDAE**, no caso de inadimplemento, o direito de suspender sua execução e de aplicar as penalidades cabíveis, sem que à **CONTRATADA** assista direito à indenização;
- j- Destinar um recinto apropriado em seu escritório, a fim de alojar o pessoal técnico da Fiscalização da **CEDAE**;
- k- Substituir qualquer membro da equipe de trabalho, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, sempre que solicitado pela **CEDAE**;
- l- Prestar, sem ônus para a **CEDAE**, os serviços necessários à correção e revisão de falhas ou defeitos verificados nos trabalhos, sempre que a ela imputáveis;
- m- Submeter à prévia aprovação da **CEDAE** qualquer alteração de sua equipe de trabalho;
- n- providenciar, antes do início dos serviços, o recolhimento da ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) dos responsáveis técnicos envolvidos na execução do objeto, conforme determina a Lei Federal nº 6.496 de 07/12/77;



o – na execução contratual, a gestão dos resíduos que eventualmente venham a ser gerados da totalidade das atividades necessárias à implementação da obra em questão deverá seguir ao estabelecido nas diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão de resíduos da construção civil da Resolução CONAMA nº 307, de 05 de Julho de 2002;

p – Em caso de obra, a **CONTRATADA** disponibilizará as Memórias de Cálculos de dimensionamento, juntamente com o Projeto Executivo, para fins de verificação de adequação da solução adotada;

q- A **CONTRATADA**, em caso de obra, deverá apresentar para cada medição a respectiva memória de cálculo, na qual deverá constar a indicação dos locais precisos da execução do objeto e das dimensões de cada parte ou trecho do item medido, preferencialmente através de croqui;

q.1 – A medições serão realizadas com base no que fora efetivamente realizado pela **CONTRATADA**.

r- A **CONTRATADA** deverá se responsabilizar por todos os ônus, encargos e obrigações comerciais, fiscais, tributárias, trabalhistas e previdenciárias, ou quaisquer outras previstas na legislação em vigor, bem como por todos os gastos e encargos com material e mão de obra necessários à completa realização do escopo desta contratação, até seu aceite definitivo;

s- A **CONTRATADA** deverá observar o cumprimento do quantitativo de pessoas com deficiência, estipulado pelo art. 93 da Lei Federal nº 8.213/91, bem como as demais normas referentes à acessibilidade previstas no Decreto Federal n. 5.296/2004;

t- Na forma da Lei Estadual n. 7.258/2016, a empresa com 100 (cem) ou mais empregados alocados a este contrato estará obrigada a preencher de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) dos seus postos de trabalho com beneficiários reabilitados ou pessoas portadoras de deficiência habilitadas, na seguinte proporção: (i) – até 200 empregados = 2%; (ii) de 201 a 500 empregados = 3%; (iii) de 501 a 1.000 empregados = 4%; (iv) de 1.001 em diante = 5%;

u- A **CONTRATADA** deverá reapresentar todos os documentos de habilitação exigidos como condição à assinatura do contrato, fazendo-o sempre que vencidos no curso da contratação, ou em observância ao Enunciado n. 29 PGE/RJ;

v – No caso de obras, a **CONTRATADA** deverá manter um DIÁRIO no local, transferindo à propriedade da **CEDAE**, ao final, todas as plantas e desenhos relativos ao objeto; e

w - A **CONTRATADA** será responsável por quaisquer danos causados à CEDAE ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do contrato, não excluída ou reduzida essa responsabilidade pela presença de fiscalização ou pelo acompanhamento da execução por órgão da Administração.

#### CLÁUSULA QUINTA - DA FISCALIZAÇÃO

- 5.1. É facultado à **CEDAE** exercer ampla fiscalização sobre o objeto do presente Contrato, diretamente ou por intermédio de prepostos devidamente credenciados, aos quais a **CONTRATADA** prestará a assistência requerida, facultando-lhe o acesso em qualquer fase, época e local onde se processarem as tarefas relacionadas com o desenvolvimento de seu escopo.
- 5.2. A fiscalização da **CEDAE** não eximirá a **CONTRATADA** de sua total e exclusiva responsabilidade quanto ao prazo e qualidade do objeto entregue.
- 5.3. Na forma da Lei Estadual n. 7.258/2016, se procederá à fiscalização do regime de cotas de que trata a alínea "t", da cláusula quarta, realizando-se a verificação do cumprimento da obrigação assumida no contrato.



- 5.4. No caso de obra, a **CONTRATADA** fornecerá e manterá um DIÁRIO com todas as folhas devidamente numeradas e rubricadas pelo seu representante e pela Fiscalização da **CEDAE**, no qual serão obrigatoriamente registrados:

I – pela **CONTRATADA**:

- a) as condições meteorológicas prejudiciais ao andamento dos trabalhos;
- b) as falhas nos serviços de terceiros, não sujeitas a sua ingerência;
- c) as consultas à Fiscalização;
- d) as datas de conclusão de etapas caracterizadas, de acordo com o cronograma aprovado;
- e) os acidentes ocorridos no decurso do trabalho;
- f) as respostas às interpelações da Fiscalização;
- g) a eventual escassez de material que resulte em dificuldade para a obra;
- h) outros fatos que, a juízo da **CONTRATADA**, devam ser objeto de registro;

II – pela Fiscalização:

- a) o atestado da veracidade dos registros efetuados pela **CONTRATADA**;
- b) o juízo formado sobre o andamento da obra, tendo em vista os projetos, especificações, prazos e cronogramas;
- c) as observações cabíveis a propósito dos lançamentos da **CONTRATADA**;
- d) as respostas às consultas lançadas ou formuladas pela **CONTRATADA**;
- e) as restrições que lhe pareçam cabíveis a respeito do andamento dos trabalhos ou do desempenho da **CONTRATADA**, seus prepostos e sua equipe;
- f) a determinação de providências para o cumprimento do projeto e especificações;
- g) outros fatos ou observações cujo registro se torne conveniente aos trabalhos de fiscalização.

- 5.5. Ao final da obra, o Diário referido será transferido à propriedade do **CEDAE**.

#### CLÁUSULA SEXTA - DO PRAZO

- 6.1. O objeto deverá estar concluído no **prazo de 120 (cento e vinte) dias** contados da data indicada na Ordem de Início para a execução, que poderá ser emitida após a assinatura deste instrumento contratual.
- 6.2. O decurso do prazo estipulado não acarretará, por si só, a resolução do ajuste, continuando as partes contratualmente obrigadas até que se opere o aceite definitivo do objeto, respondendo a **CONTRATADA** pela mora a que der causa.
- 6.3. O prazo ora previsto poderá ser alterado por acordo entre as partes, por meio de termo aditivo, devendo ser observado, neste caso, o disposto no art. 205 do RILC.
- 6.4. Ocorrendo impedimento, paralisação ou suspensão do contrato por ordem da CEDAE, o prazo de execução será automaticamente prorrogado por igual período, bastando o registro formal de interrupção no processo administrativo, conforme art. 206 do RILC.
- 6.5. A prorrogação de prazo por culpa da **CONTRATADA** impedirá que o período acrescido à execução do contrato seja considerado para fins de reajuste.
- 6.6. A prorrogação do prazo não importará em majoração do valor contratual, que se manterá inalterado senão quando verificado o desequilíbrio econômico-financeiro decorrente de fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - VALOR DO CONTRATO



- 7.1. A **CONTRATADA** se obriga a executar o objeto, em regime de empreitada por preço unitário, pelo valor de **R\$ 273.581,78 (duzentos e setenta e três mil, quinhentos e oitenta e um reais e setenta e oito centavos)**, conforme proposta inserida às fls. 595/599 do processo administrativo de referência.

TABELA RESUMO		
ITEM	DESCRIÇÃO	VALOR
01	CANTEIRO DE OBRAS.	11.362,00
02	SERVIÇOS TÉCNICOS.	14.492,76
03	PERFURAÇÃO.	79.321,63
04	REVESTIMENTO E PROTEÇÃO.	65.192,64
05	FILTROS E PRÉ-FILTROS.	17.243,01
06	DESENVOLVIMENTO ENSAIO DE VAZÃO E DESINFECÇÃO.	25.363,99
07	INSTALAÇÃO HIDRÁULICA.	37.973,76
08	ELETRIFICAÇÃO.	21.928,20
09	ELABORAÇÃO DE MANUAL E PRÉ OPERAÇÃO, INCLUSIVE MANUAL DE POÇO.	703,80
TOTAL:		273.581,78

\*tabela detalhada com valores unitários às fls. 597/598 (volume 003) do processo administrativo referência.

- 7.2. O preço ajustado no item anterior desta Cláusula inclui o lucro e todos os custos dos serviços, sejam diretos ou indiretos, responsabilizando-se a **CONTRATADA** por toda e qualquer despesa ainda que não prevista textualmente neste Contrato, inclusive a que decorrer de ato ou fato que implique em transgressão ou inobservância de qualquer dispositivo legal ou regulamentar, federal, estadual ou municipal.
- 7.3. As despesas com a execução do presente contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias, para o corrente exercício de 2019, assim classificados:

Fonte: 10  
 Código Orçamentário: 44905107  
 Programa de Trabalho: 1200215352  
 Conta Contábil: 161190002  
 Centro de Custo: DI08000000  
 ID da Reserva Orçamentária: 2019000802

## CLÁUSULA OITAVA - REAJUSTE

8.1 - Os valores contratados poderão ser reajustados a cada 12 meses pelo EMOP, ou na sua falta o Índice Nacional de Custos da Construção - INCC/FGV, iniciando-se a contagem deste prazo a partir da data base de referência do orçamento (I<sub>0</sub>), conforme expressão matemática a seguir:

$$R = \sum P_0 * Q * \left[ \frac{I - I_0}{I_0} \right]$$

onde :

R = Valor do reajustamento  
 P<sub>0</sub> = Preço unitário contratual  
 Q = Quantidade medida no mês  
 I = Índice da família EMOP ou INCC/FGV correspondente ao mês do reajustamento  
 I<sub>0</sub> = Índice da família EMOP ou INCC/FGV correspondente a data base de referência do orçamento.

a) valor do reajuste, seja para obras ou serviços de engenharia contratados, será calculado pela variação do Índice relativo à família de cada item da Planilha Orçamentária, correspondente aos cinco primeiros dígitos do Código do Serviço, de acordo com a classificação estabelecida no "Catálogo de Referência da EMOP" ou na sua falta o Índice Nacional de Custos da Construção - INCC/FGV.

b) Observada a periodicidade, a aplicação do reajustamento obedecerá ao cronograma de serviços/obra em vigor.



c) O valor do reajustamento será objeto de fatura própria, separada daquela referente à medição dos serviços/obra.

8.2 - A **CONTRATADA** terá o prazo máximo de 60 (sessenta) dias para iniciar o procedimento necessário ao reajuste de seus preços, contando-se este prazo a partir da divulgação do índice contratualmente ajustado. As anualidades que se completarem durante o curso da licitação/contratação deverão ser pleiteadas no mesmo prazo, contados da assinatura do contrato.

8.3 - O reajuste deverá ser formalmente solicitado por meio de e-mail ou de documento da **CONTRATADA** dirigido à Comissão de Fiscalização, protocolado no Protocolo Geral da CEDAE, e deverá vir acompanhado dos cálculos, conforme art. 198, §1º do RILC.

8.4 - A inércia da **CONTRATADA** em iniciar o procedimento de reajuste no prazo acima fixado importará em decadência do seu direito de pleiteá-lo, relativo à correspondente anualidade.

8.5 - Consideram-se "anualidades" os sucessivos períodos de 12 (doze) meses, contados a partir do mês de referência do orçamento (Io).

8.6 - O procedimento de reajuste seguirá o disposto no art. 194 e seguintes do RILC.

8.7 - As partes concordam, desde já, que o valor apurado a título de reajuste poderá ser negociado entre elas para permitir a aplicação de descontos em favor da **CEDAE**.

8.8 - A prorrogação de prazo por culpa da **CONTRATADA** impedirá que o período acrescido à execução do contrato seja considerado para fins de reajuste.

#### CLÁUSULA NONA - RESPONSABILIDADE TÉCNICA

9.1. Os serviços objeto deste Contrato serão executados sob a direção e responsabilidade técnica do seguinte profissional: PEDRO AFONSO TOMAZI DE SALLES, portador da cédula de identidade nº M-4.039.184 SSPMG, inscrito no CPF sob nº 087.291.156-04, que ficarão autorizados a representar a **CONTRATADA** em suas relações com a **CEDAE**, em matéria do serviço.

9.2. A **CONTRATADA** obriga-se a manter os engenheiros indicados nesta cláusula como Responsáveis Técnicos na direção dos trabalhos e no local das obras ou dos serviços até seu final. A substituição dos Responsáveis Técnicos poderá ser feita por outro de igual lastro de experiência e capacidade, cuja aceitação ficará a exclusivo critério da **CEDAE**.

9.3. Os Responsáveis Técnicos aqui indicados deverão figurar como tal na ART - Anotação de Responsabilidade Técnica, de que trata o item 10.10 deste Contrato.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - MEDIÇÃO, FATURAMENTO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

10.1. Os pagamentos das faturas serão efetuados em parcelas mensais, após a aceitação das medições correspondentes por parte da **CEDAE**, no 30º (trigésimo) dia corrido, contado a partir da data final do período de adimplemento.

10.1.1. Considera-se adimplemento a execução da parcela/etapa da obra ou serviço de engenharia acompanhada da nota fiscal/fatura e dos demais documentos exigidos como condição ao pagamento (ver item 10.10 e 10.11 do contrato). Ao adimplemento será dado recibo, nos termos art. 191, §1º do RILC.

10.1.2. Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, por culpa exclusiva da **CEDAE**, sofrerão a incidência de atualização financeira pelo IGP-M e juros moratórios de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados "pro rata die", e aqueles pagos em prazo inferior ao estabelecido neste contrato serão feitos mediante desconto de 2% (dois por cento) ao mês.



também calculados "pro rata die". Não correrão juros e atualização durante o período de suspensão mencionado no item 10.7.

- 10.2. Os pagamentos devidos em decorrência da execução das obras objeto deste Contrato serão efetuados mediante crédito em conta bancária indicada pela **CONTRATADA** no banco **BRADESCO**, ficando autorizada a indicação de outra conta somente quando justificada tal impossibilidade.
- 10.3. Mensalmente, até o dia 30 (trinta) de cada mês, a Fiscalização, de comum acordo com a **CONTRATADA**, estabelecerá a programação do que deverá ser executado no mês seguinte, tendo por base as metas do cronograma físico-financeiro contratual e as necessidades da obra.
- 10.4. Ao final de cada período, a Fiscalização procederá à verificação do avanço da implantação e do cumprimento das metas mínimas do cronograma físico-financeiro contratual.
- 10.5. A cada 30 (trinta) dias, a **CONTRATADA** fará a emissão da medição/fatura dos serviços realizados e dos fornecimentos de materiais e equipamentos considerados aceitos pela Fiscalização, observando o cronograma físico-financeiro contratual, cujos percentuais limitarão os valores dos serviços medidos.
- 10.5.1. Os serviços relativos à administração local da obra serão pagos com o mesmo percentual de execução da obra, quando das medições.
- 10.6. De posse da documentação apresentada pela **CONTRATADA**, a Comissão de Fiscalização atestará, na forma prevista no art. 90, §3º, da Lei Estadual nº 287/1979, a documentação e a qualidade do objeto contratado, a partir de quando será possível a realização do pagamento, conforme art. 191, §3º do RILC.
- 10.7. A necessidade de providências por parte da **CONTRATADA** em relação à medição realizada, ou em relação ao conteúdo da documentação apresentada (ver item 10.10 e 10.11), importará em suspensão da contagem do prazo para pagamento, não correndo juros e/ou atualização neste período.
- 10.7.1. No caso da não concordância com apenas parte da medição, a Fiscalização liberará o valor não controvertido, notificando a **CONTRATADA** para providências quanto às pendências do restante da medição.
- 10.8. A **CEDAE** não se responsabilizará pelo pagamento de medições de serviços executados em quantidades superiores às fixadas na Estimativa Orçamentária, salvo quando expressamente determinadas pela Fiscalização.
- 10.9. Toda fatura fará menção específica à medição na qual a mesma se baseia.
- 10.10. A liberação do primeiro pagamento ficará condicionada à entrega, pela **CONTRATADA**, do comprovante de pagamento da ART-ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA.
- 10.11. O pagamento das notas fiscais relativas às etapas dos serviços de engenharia/obras executados ficarão condicionados à apresentação dos seguintes documentos:

**I) Para todos os casos de obras, bem como para os serviços de engenharia que possuírem mão de obra alocada à disposição da CEDAE, em suas dependências ou fora dela:**

- a) medição/detalhamento que fora executado;
- b) prova de pagamento das verbas salariais, com eventuais horas extraordinárias executadas no período, que deverá ser apresentada até o quinto dia útil seguinte;



- c) folha de pagamento exclusiva para o objeto da contratação, conforme preconizado no parágrafo 5º do art. 31, da Lei nº 8.212/91;
- d) Prova de pagamento em dia do vale-transporte e do auxílio alimentação de seus empregados, que poderá ser feita por meio de declaração emitida pela CONTRATADA;
- e) Prova de Anotação nas Carteiras de Trabalho e Previdência Social (CTPS) de seus empregados, que será feita apenas no início da contratação, como condição ao primeiro pagamento, tornando-se necessária a repetição desta prova apenas no caso de substituição do empregado;
- f) Cópias das Guias de Recolhimento mensal do FTGS (GFIP) e INSS (GPS);
- g) comprovante da declaração das contribuições a recolher à Previdência Social e a outras Entidades e Fundos por FPAS; e
- h) declaração de que se encontra cumprindo o regime de quotas da Lei Estadual n. 7.258/2016, quando enquadrada na situação prevista na cláusula quarta, letra "t", deste instrumento .

**II) Para os demais serviços de engenharia que não possuírem mão de obra alocada à disposição da CEDAE:**

- a) medição/detalhamento que fora executado; e
  - b) declaração de que se encontra cumprindo o regime de quotas da Lei Estadual n. 7.258/2016, previsto na cláusula quarta, letra "t", deste instrumento.
- 10.12. A ausência de qualquer dos documentos exigidos para a realização dos pagamentos, conforme itens I e II da cláusula 10.11, impedirá a obtenção do recibo de adimplemento pela **CONTRATADA**, nos termos do art. 191 do RILC.
- 10.12.1. Apenas quando vencidas, as seguintes certidões deverão ser reapresentadas como condição à obtenção do recibo de que trata o item anterior: (i) Certidão Negativa de Tributos Federais e Contribuições Previdenciárias, emitida conjuntamente pela Secretaria de Fazenda Nacional e pela Procuradoria da Fazenda Nacional (PFN); (ii) Certidão comprobatória da regularidade com o recolhimento das verbas do FGTS, emitida pela Caixa Econômica Federal; e (iii) CNDT, emitida pelo TRT.
- 10.12.2. A ausência dos documentos indispensáveis à configuração do adimplemento ensejará a notificação da **CONTRATADA**, assinalando o prazo de 10 (dez) dias para o cumprimento destas obrigações, bem como para a apresentação de defesa prévia.
- 10.12.3. Expirado o prazo constante do item acima sem que tenham sido tomadas as providências cabíveis, ou sendo rejeitados os argumentos apresentados em defesa pela **CONTRATADA**, será aplicada a ela penalidade de advertência. Permanecendo a inadimplência total ou parcial em virtude de ausência de qualquer dos documentos referidos, o contrato será rescindido com a aplicação da penalidade de suspensão prevista no item "iii" da cláusula 13.6.
- 10.13. A fatura final deverá corresponder, no mínimo, a 10% (dez por cento) do valor do Contrato, e só será processada após a aceitação provisória da obra/serviço de engenharia.
- 10.14. A **CEDAE** poderá utilizar os créditos da **CONTRATADA** para efetuar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas e previdenciárias devidas por ela a seus empregados, fazendo-o diretamente ou por meio de provisionamento em conta vinculada, na forma prevista no art. 19-a, I, da IN/SLTI/MP 2/2008, com redação dada pela IN/SLTI/MP 6/2013, quando não for possível a realização dos pagamentos diretamente pela CEDAE.
- 10.15. Todos os documentos mencionados nesta cláusula ficarão autuados no processo administrativo referente à contratação, bem como no processo de prestação de contas que deverá ser aberto em virtude da OS "E" nº 14.695/2017.



### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

- 11.1. A **CEDAE** poderá, a qualquer tempo e a seu critério, determinar por escrito a suspensão do objeto em andamento. A suspensão se tornará efetiva 30 (trinta) dias após o recebimento desta determinação pela **CONTRATADA**.
- 11.2. A **CEDAE** poderá deixar de expedir Ordem de Execução – OEX, em função da indisponibilidade dos recursos indispensáveis à execução das obras, ou ainda se a **CONTRATADA** não tiver terminado ou imprimido, à OEX anterior, ritmo e qualidade aceitáveis pela Fiscalização da **CEDAE**. Nestes casos, não assistirá à **CONTRATADA** direito a indenização, reembolso ou compensação de qualquer espécie, exceto quanto ao pagamento de serviços executados, entregues e aceitos pela Fiscalização.
- 11.3. As Ordens de Execução emitidas pela **CEDAE** e aceitas pela **CONTRATADA** integrarão este Contrato.
- 11.4. A Coordenação Geral dos trabalhos da **CONTRATADA** ficará localizada, obrigatoriamente, no município do Rio de Janeiro ou em outro Município do Estado do Rio de Janeiro, a juízo da **CEDAE**.
- 11.5. Deverá ser obedecida a orientação da Fiscalização da **CEDAE** na execução dos serviços.
- 11.6. Na execução das obras objeto deste Contrato serão obedecidas: as Especificações Técnicas, o Projeto e os demais elementos fornecidos pela Fiscalização; as Normas Técnicas da ABNT e, no que couber, as disposições legais e regularmente em vigor, especialmente as relacionadas com execução, fiscalização, fornecimento, aceitação, conservação, penalidades, rescisão de contratos, pagamentos, medição de serviços e normas técnicas.
- 11.7. Na execução do objeto contratual serão seguidas as normas do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da CEDAE (RILC), bem como os dispositivos da CEDAE-DPO-1, cujas cópias poderão ser adquiridas na Coordenação de Licitações de Obras e Serviços de Engenharia, à Avenida Presidente Vargas, 2655 – 7º andar, no horário de 9:00 às 12:00 e das 14:00 às 17:00 horas.
- 11.8. Todas as despesas relativas a serviços noturnos, inclusive as referentes à iluminação, correrão por conta exclusiva da **CONTRATADA**.
- 11.9. A **CONTRATADA** se responsabilizará, por si e seus sucessores, por todos e quaisquer danos e/ou prejuízos que, a qualquer título, causar à **CEDAE**, ao Estado do Rio de Janeiro e/ou terceiros, em decorrência da execução dos serviços objeto deste contrato.
- 11.10. A **CONTRATADA** se obriga a cumprir as determinações da Lei nº 6514 de 22 de Dezembro de 1997 e da Portaria nº 3214 de 08 de junho de 1978 e suas Portarias modificadoras, que aprovam as Normas Regulamentadoras do Capítulo V, Título II, da CLT, relativas a Segurança e Medicina do Trabalho.
- 11.10.1. Todos os empregados da **CONTRATADA** deverão trabalhar com Equipamento de Proteção Individual (EPI), tais como capacetes, botas, capas, óculos e demais equipamentos adequados para cada tipo de serviço que estiver sendo desenvolvido. A Fiscalização poderá paralisar os serviços enquanto tais empregados não estiverem protegidos. O ônus da paralisação correrá por conta da **CONTRATADA**, mantendo-se inalterado o prazo de execução do serviço.
- 11.11. No decorrer da execução dos serviços, será exigida uma execução mínima que, aos preços contratuais, corresponda às etapas mensais estabelecidas pela **CONTRATADA** no



cronograma físico financeiro contratual, em percentagens acumuladas em relação ao valor total das obras CONTRATADA.

- 11.11.1. Caso as etapas mensais não sejam cumpridas pela **CONTRATADA**, após a verificação da Fiscalização da **CEDAE** será pago à **CONTRATADA** somente o que houver sido efetivamente executado.
- 11.12. Todos os materiais/equipamentos empregados na execução das obras/serviço de engenharia deverão ser de primeira qualidade e novos, sujeitando-se a **CONTRATADA** à realização dos ensaios/testes, de Controle de Qualidade, determinados pela Fiscalização.
- 11.13. Em todos os casos em que a execução dos serviços, por motivos imputáveis à **CONTRATADA**, ocasionar prejuízos aos serviços já executados, a **CONTRATADA** arcará com os custos de restauração para recolocá-los em suas condições originais.
- 11.14. A **CONTRATADA** responderá de maneira absoluta e inescusável pelos serviços, assumindo inteira, total e exclusiva responsabilidade pela sua execução e qualidade técnica.
- 11.15. A **CONTRATADA** se obriga a cooperar com as demais contratadas da **CEDAE**, entrosando-se com elas, a fim de que todos os serviços se desenvolvam conforme a programação estabelecida para cada uma. Quaisquer entendimentos entre as diversas contratadas serão feitos, por escrito, sempre através da Fiscalização.
- 11.16. A **CONTRATADA** deverá refazer aquilo que for rejeitado pela Fiscalização.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA SUBCONTRATAÇÃO

- 12.1. Não será admitida a subcontratação no objeto da contratação.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 13.1. A inexecução dos serviços, total ou parcial, a execução imperfeita, a mora na execução ou qualquer inadimplemento ou infração contratual, sujeitarão a **CONTRATADA**, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que lhe couber, às penalidades seguintes:

a) advertência;

b) multa administrativa;

c) suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a CEDAE por prazo não superior a 2 (dois) anos;

- 13.2. A sanção administrativa deve ser determinada de acordo com a natureza e a gravidade da falta cometida.

- 13.3. A advertência e a multa, previstas nas alíneas "a" e "b" do item 13.1, serão impostas pelo Diretor responsável, na forma do art. 21, parágrafo primeiro, do Procedimento de aplicação de sanções da CEDAE.

- 13.4. A suspensão temporária do direito de licitar e impedimento de contratar com a CEDAE, previstos na alínea "c" do item 13.1, será imposta pelo Diretor Presidente desta Companhia, na forma do art. 21, parágrafo terceiro, do Procedimento de Aplicação de Sanções da CEDAE.

- 13.5. A **multa administrativa**, prevista na alínea "b" do item 13.1, será aplicada à **CONTRATADA** pelo descumprimento de suas obrigações acessórias, observando o que segue:
- i) corresponderá ao valor de até 5% (cinco por cento), aplicada de acordo com a gravidade da infração e proporcionalmente às parcelas **não** executadas;



ii) nas reincidências específicas, deverá corresponder ao dobro do valor da que tiver sido inicialmente imposta;

iii) O somatório das multas administrativas deverá observar o limite de 20% (vinte por cento) do valor do contrato ou do empenho.

iv) poderá ser aplicada cumulativamente a qualquer outra penalidade; e

v) não tem caráter compensatório, não se confundindo, portanto, com as multas por atraso, com a multa rescisória e com a multa prevista na cláusula vigésima quarta, que poderão ser aplicadas cumulativamente à multa administrativa.

13.6. A suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar, prevista na alínea "c", do item 13.1, será aplicada conforme as disposições do art. 9º do Procedimento de Aplicação de Sanções da CEDAE, observando o seguinte:

i) não poderá ser aplicada em prazo superior a 2 (dois) anos;

ii) sem prejuízo de outras hipóteses, **deverá** ser aplicada quando o adjudicatário faltoso, sancionado com multa, não realizar o depósito deste valor no prazo devido;

iii) Será aplicada pelo prazo de 1 (um) ano, conjuntamente à rescisão contratual, no caso de descumprimento das obrigações previstas no item 10.12.

13.7. A aplicação das penalidades acima referidas, em virtude das infrações contratuais retro mencionadas, não importará em renúncia, por parte da **CEDAE**, da faculdade de declarar rescindido o contrato, se assim entender conveniente ao interesse público.

13.8. O atraso injustificado no cumprimento das obrigações contratuais sujeitará a **CONTRATADA** à **multa de mora** por dia útil que exceder ao prazo estipulado, conforme percentuais abaixo:

a) 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, até o limite de 9,9%, correspondente a até 30 (trinta) dias de atraso; e

b) 0,66 % (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, quando o atraso ultrapassar 30 (trinta) dias, até o limite máximo de 20%.

13.9. As multas porventura aplicadas serão consideradas dívidas líquidas e certas, ficando a **CEDAE** autorizada a descontá-las das garantias prestadas, e caso estas sejam insuficientes, dos pagamentos devidos à **CONTRATADA**; ou ainda, quando for o caso, cobrá-las judicialmente, servindo para tanto, o instrumento contratual como título executivo extrajudicial.

13.10. A intimação do interessado deverá indicar o prazo e o local para a apresentação de defesa.

13.10.1. A defesa prévia do interessado será exercida no prazo de 10 (dez) dias úteis.

13.11. Será emitida decisão conclusiva sobre a aplicação ou não da sanção, pela autoridade competente, devendo ser apresentada a devida motivação, com a demonstração dos fatos e dos respectivos fundamentos jurídicos.

13.12. Todas as multas previstas neste contrato, incluindo a rescisória e a prevista na cláusula vigésima quarta, item 23.8, serão somadas quando aplicadas cumulativamente, e terão como limite seus respectivos percentuais máximos.



#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - RESCISÃO CONTRATUAL

- 14.1. A inexecução total ou parcial do contrato poderá ensejar a sua rescisão com as consequências cabíveis.
- 14.2. A rescisão contratual poderá ocorrer por:
- I – ato unilateral e escrito, quando verificada a ocorrência de qualquer das situações descritas no art. 222 do RILC;
  - II- acordo entre as partes, reduzido a termo no processo de contratação, desde que seja vantajoso à CEDAE; ou
  - III – decisão judicial ou arbitral.
- 14.3. Os casos de rescisão contratual deverão ser formalmente motivados nos autos do processo administrativo que ensejou a contratação, sendo assegurado à CONTRATADA o direito ao contraditório e ampla defesa.
- 14.4. Quando a rescisão ocorrer por interesse exclusivo da CEDAE, sem que haja culpa da CONTRATADA, esta será ressarcida dos prejuízos que houver sofrido.
- 14.5. A rescisão por ato unilateral acarretará as seguintes consequências:
- I – a assunção imediata do objeto contratado pela CEDAE, no estado e local em que se encontrar; e
  - II – aplicação de multa rescisória, no percentual de 10% (dez por cento) calculada sobre a parcela não-executada do contrato, devidamente reajustada, bem como a execução da garantia contratual e/ou a utilização dos créditos decorrentes do próprio contrato, no caso de culpa da CONTRATADA.
- 14.6. A CEDAE se reserva ao direito de cobrar indenização suplementar em juízo se ficar constatado que o prejuízo causado foi superior ao valor da multa rescisória aplicada, conforme autorização contida no art. 416, parágrafo único, *in fine*, do Código Civil.
- 14.7. A rescisão contratual por acordo entre as partes será da competência da autoridade referida no art. 24 do RILC; enquanto a rescisão unilateral ficará a cargo do Diretor responsável pela contratação, conforme art. 15 do Procedimento Interno de Sanções da CEDAE.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR

- 15.1. Se a **CONTRATADA** ficar temporariamente impedida de cumprir suas obrigações, no todo ou em parte, em consequência de caso fortuito ou de força maior, deverá comunicar o fato de imediato à Fiscalização da **CEDAE** e ratificar por escrito a comunicação, informando os efeitos danosos do evento.
- 15.2. Constatada a ocorrência de caso fortuito ou de força maior, ficarão suspensas tanto as obrigações que a **CONTRATADA** ficar impedida de cumprir, quanto a obrigação de a **CEDAE** remunerá-las.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - ENCARGOS CONTRATUAIS

- 16.1. A **CONTRATADA** será responsável por todos os ônus e obrigações concernentes às legislações fiscal, comercial, trabalhista e previdenciária que incidam ou venham a incidir sobre o presente Contrato, os quais correrão por sua exclusiva conta.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - ALTERAÇÃO CONTRATUAL

- 17.1. Desde que não se altere a natureza do objeto, o contrato poderá ser modificado por acordo entre as partes, através de termo aditivo, conforme disposições contidas no art. 207 do RILC.



- 17.2. Os contratos celebrados nos regimes de "empreitada por preço unitário", "empreitada por preço global", "contratação por tarefa", "empreitada integral" e "contratação semi-integrada" somente poderão ser alterados nos casos e na forma admitida nos artigos 42, §1º, IV, e 81 da Lei nº 13.303/2016.
- 17.3. Os contratos cujo regime de execução seja a "contratação integrada" não serão passíveis de alteração, exceto quando esta possibilidade estiver expressamente prevista em sua matriz de riscos, e não decorrer de eventos supervenientes alocados como de responsabilidade da contratada, conforme §8º do art. 81 da Lei nº 13.303/2016.
- 17.4. Quando houver necessidade de alteração do contrato para a inclusão de itens novos, estes serão definidos com base nos preços da tabela EMOP vigentes à época da estimativa orçamentária, considerando-se em sua cotação os descontos oferecidos pela **CONTRATADA** em sua proposta, bem como a taxa de BDI especificada no orçamento-base da licitação (quando houver BDI), atualizados financeiramente pelo índice contratualmente previsto.
- 17.5. Em não sendo possível identificar o preço pelo método definido no item anterior, a **CEDAE** se guiará pelo disposto no art. 35, inciso I, letras "a" do RILC, aplicando-se ao preço apurado o desconto ofertado pela **CONTRATADA**, sem atualização financeira.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA IMPOSSIBILIDADE DE MODIFICAÇÃO DO CONTRATO PELA SUPRESSÃO**

- 18.1. O atraso, tolerância ou omissão por parte da **CEDAE** no exercício de quaisquer direitos que lhe assistem na forma deste contrato, em geral, não poderão ser interpretados como novação ou renúncia a tais direitos, podendo a **CEDAE** exercitá-los a qualquer tempo.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DO RECURSO AO JUDICIÁRIO**

- 19.1. As importâncias decorrentes de quaisquer penalidades impostas à **CONTRATADA**, inclusive as perdas e danos ou prejuízos que a execução do contrato tenha acarretado, quando superiores à garantia prestada ou aos créditos que a **CONTRATADA** tenha em face da **CEDAE**, que não comportarem cobrança amigável, serão cobrados judicialmente.
- 19.2. Caso a **CEDAE** tenha de recorrer ou comparecer a juízo para haver o que lhe for devido, a **CONTRATADA** ficará sujeita ao pagamento, além do principal do débito, da pena convencional de 10% (dez por cento) sobre o valor do litígio, dos juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, despesas de processo e honorários de advogado, estes fixados, desde logo, em 20% (vinte por cento) sobre o valor em litígio.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA - CASOS OMISSOS**

- 20.1. Os casos omissos serão resolvidos conforme disposto na Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DA ACEITAÇÃO PROVISÓRIA DO OBJETO**

- 21.1. O objeto do contrato será recebido provisoriamente ao final, da seguinte forma:
- 21.2. Será emitido um TERMO DE ACEITAÇÃO PROVISÓRIA (doc. Referente ao ANEXO I da Ordem de Serviço n. 14.693/2017), o que ocorrerá antes da liberação do pagamento da última parcela/etapa prevista no cronograma físico-financeiro do contrato.
- 21.3. A **CONTRATADA** deverá comunicar à **CEDAE**, por meio de carta redigida em papel timbrado, que o objeto pactuado se encontra em condições de ter sua posse transferida ou o resultado dos serviços de engenharia executados entregues, mesmo que aquela entenda que existam ressalvas quanto ao cumprimento das obrigações contratuais por parte da **CEDAE**.



- 21.4. As ressalvas deverão ser consignadas na citada carta e encaminhada à **CEDAE**, juntamente com a fatura relativa à última medição realizada do contrato e com os documentos exigidos para realização do pagamento. O representante da **CEDAE** não poderá conceder à contratada o recibo simplificado de adimplemento da última etapa/parcela do cronograma físico-financeiro se não estiver acompanhada da respectiva carta.
- 21.5. Se após 10 (dez) dias contados a partir da conclusão da última etapa/parcela a **CONTRATADA** se omitir ou se recusar a realizar a comunicação da condição de transferência de posse do objeto pactuado ou o resultado dos serviços executados à **CEDAE**, o Gerente do contrato deverá notificá-la, por meio de carta registrada com aviso de recebimento, sobre a obrigação de manifestar-se pela efetiva comunicação, informando acerca do inadimplemento de suas obrigações e da consequente suspensão do prazo para pagamento.
- 21.6. Persistindo a recusa da **CONTRATADA** em se manifestar, por meio de carta redigida em papel timbrado, quanto à notificação recebida, o prazo de pagamento referente à última fatura ficará suspenso.
- 21.7. A obrigação será considerada adimplida pelo cumprimento da etapa/parcela acompanhada dos documentos exigidos para a realização do correspondente pagamento.
- 21.8. O representante da **CEDAE**, após a conclusão de cada etapa/parcela, e no momento da apresentação de todos os documentos necessários ao pagamento da despesa, fornecerá à **CONTRATADA** recibo simplificado, com a listagem dos documentos recebidos. Na ausência de qualquer documento exigido no contrato, não será fornecido o referido recibo.
- 21.9. De imediato, o representante da **CEDAE** encaminhará os documentos recebidos à Comissão de Fiscalização do Contrato, para que esta, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados a partir da entrega do recibo à **CONTRATADA**, verifique a veracidade e a correção das informações neles contidas e, se for o caso, efetive o atesto da fatura. Qualquer incorreção nos documentos apresentados pela contratada ensejará a suspensão do prazo para pagamento da última fatura pela Comissão de Fiscalização.
- 21.10. A veracidade e a correção das informações contidas nos comprovantes de recolhimento de tributos e contribuições sociais serão verificadas no setor de Contas a pagar da **CEDAE** quando do encaminhamento da fatura para pagamento.
- 21.11. Caberá à Comissão de Fiscalização do Contrato notificar a contratada quanto ao seu atraso nas providências necessárias à obtenção do adimplemento, fazendo-o ao menos uma vez, caso este supere 10 (dez) dias contados da conclusão da respectiva etapa. As notificações feitas pela **CEDAE** poderão ocorrer de modo simplificado, por correspondência eletrônica (e-mail) ou carta, exceto na última etapa/parcela, e deverão ser registradas no processo.
- 21.12. O procedimento de aceitação provisória poderá ser dispensado nos casos mencionados no art. 187 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da CEDAE (RILC), casos em que será substituído pela emissão de simples "recibo", conforme item 1.2.7.1 da Ordem de Serviço n. 14.693/2017, que permanece aplicável naquilo em que não confrontar com o referido art. 187 do RILC
- 21.13. A Comissão de Fiscalização deverá fornecer à **CONTRATADA**, se por ela solicitado, a Ordem de Serviço n. 14.693/2017, que disciplina o recebimento provisório e definitivo nos contratos da **CEDAE**.

#### CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DA ACEITAÇÃO DEFINITIVA DO OBJETO

- 22.1. O objeto do contrato será recebido definitivamente ao final da seguinte forma:



- 22.2. A aceitação definitiva do objeto pactuado será feita por meio de Comissão especificamente nomeada para este fim, mediante emissão do TERMO DE ACEITAÇÃO DEFINITIVA (doc. Ref. ANEXO VII da Ordem de Serviço n. 14.693/2017).
- 22.3. A empresa contratada, após assinatura do Termo de Aceitação Provisória, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, solicitará à **CEDAE**, por meio de carta redigida em papel timbrado, que o objeto pactuado seja aceito definitivamente.
- 22.4. De igual modo, a **CONTRATADA** deverá apresentar declaração de que a **CEDAE** possui ou não pendências de pagamento, dando-lhe a quitação financeira do contrato.
- 22.5. No caso de omissão ou recusa da **CONTRATADA** em solicitar à **CEDAE** a aceitação definitiva do objeto contratado, o Gerente do contrato deverá notificá-la, por meio de carta registrada com aviso de recebimento, sobre a necessidade de se manifestar pela efetiva solicitação em, no máximo, 15 (quinze) dias contados a partir do recebimento da notificação.
- 22.6. Persistindo a recusa da **CONTRATADA** em se manifestar, por meio de carta redigida em papel timbrado, quanto à notificação recebida, o Gerente do contrato reterá a garantia contratual, se houver.
- 22.7. Compete ao Gerente do Contrato, quando couber, o acompanhamento e o controle dos prazos de vencimentos das apólices de seguro-garantia ou carta de fiança correspondente às garantias contratuais apresentadas pela **CONTRATADA**.
- 22.8. A inobservância do parágrafo anterior poderá ensejar apuração de responsabilidade, caso a perda da garantia contratual resulte em prejuízos para a **CEDAE**.

### CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – DAS MEDIDAS DE INTEGRIDADE – LEI ESTADUAL 7.753/2017

23.1. Na execução do presente Contrato é vedado às partes, dentre outras condutas:

- a) Prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público ou a quem quer que seja;
- b) Criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para celebrar o presente Contrato;
- c) Obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações do presente Contrato, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais;
- d) Manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro do presente Contrato; ou
- e) De qualquer maneira fraudar o presente Contrato; assim como realizar quaisquer ações ou omissões que constituam prática ilegal ou de corrupção, nos termos da Lei nº 12.846/2013 (conforme alterada) ou de quaisquer outras leis ou regulamentos aplicáveis ("Leis Anticorrupção"), ainda que não relacionadas com o presente Contrato.

23.2. A **CONTRATADA** compromete-se a respeitar, cumprir e fazer cumprir, no que couber, o **Código de Ética e Conduta da CEDAE**, presente no link [www.cedae.com.br/governancacorporativa](http://www.cedae.com.br/governancacorporativa).

23.3. A violação aos itens 23.1 e 23.2 pelos administradores, empregados ou prestadores de serviços da **CONTRATADA**, a depender da gravidade da infração e dos danos causados à CEDAE, acarretará na aplicação das sanções administrativas previstas no contrato, rescisão unilateral e/ou ressarcimento de perdas e danos apurados.

23.4. A comunicação imediata à CEDAE de eventual violação aos itens 23.1 e 23.2, acompanhada das medidas tomadas pela **CONTRATADA**, suficientes para sanar a violação, desde que preservados os negócios da CEDAE, sua imagem e reputação, serão consideradas como atenuantes para o fim previsto no parágrafo anterior.



23.5. A **CONTRATADA** se obriga a possuir e manter programa de integridade nos termos da disciplina conferida pela Lei Estadual n.º 7.753/2017 e eventuais modificações e regulamentos subsequentes, consistindo tal programa no "*conjunto de mecanismos e procedimentos internos de integridade, auditoria e incentivo à denúncia de irregularidades e na aplicação efetiva de códigos de ética e de conduta, políticas e diretrizes com o objetivo de detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a Administração Pública*".

23.6. O programa de integridade será obrigatório nos contratos com prazo de vigência igual ou superior a 180 (cento e oitenta) dias cujo valor ultrapasse R\$ 650.000,00 (seiscentos e cinquenta mil reais), para compras e serviços, ou R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais), para obras e serviços de engenharia; sendo facultativo nos demais casos.

23.7. A **CONTRATADA** que não possuir o programa de integridade já implantado deverá constituir-lo no prazo de até 180 (cento e oitenta) dias contados da assinatura deste contrato.

23.8. O não atendimento ao disposto no item anterior implicará na aplicação de multa moratória de 0,02%, por dia, incidente sobre o valor do contrato.

23.9. O montante correspondente à soma dos valores básicos das multas moratórias será limitado a 10% do valor do contrato.

23.10. O não cumprimento da exigência durante o período contratual acarretará na impossibilidade da contratação da empresa com a Administração Direta e Indireta do Estado do Rio de Janeiro até a sua regular situação.

23.11. O cumprimento da exigência da implantação não implicará ressarcimento das multas aplicadas.

23.12. Caberá ao Gerente do Contrato, sem prejuízo de suas demais atribuições, conforme estabelecido no artigo 11 da Lei Estadual 7.753 de 02/10/2017, fiscalizar a aplicabilidade de seus dispositivos.

23.13. As ações e deliberações do Gerente do Contrato não poderão implicar interferência na gestão das empresas nem ingerência de suas competências, devendo ater-se a responsabilidade de aferir a implantação do Programa de Integridade por meio de prova documental emitida pela **CONTRATADA**."

23.14. A prática de atos de contra a Administração Pública Estadual sujeitará a **CONTRATADA** às sanções previstas na Lei Federal nº 12.846/2013, na forma do Decreto Estadual nº. 46.366/2018.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA-QUARTA – DISPOSIÇÕES FINAIS**

24.1. Todos os originais dos documentos, estudos, fluxogramas, especificações, folhas de cálculos, etc., elaborados pela **CONTRATADA** serão propriedade da **CEDAE** e neles não deverá constar qualquer declaração que limite este direito.

24.2. À **CONTRATADA** é vedado dar conhecimento, transmitir ou ceder a terceiros quaisquer dados, documentação preparada ou recebida para a execução das obras, dar entrevistas faladas ou escritas, salvo com prévia e formal autorização da **CEDAE**.

24.3. A **CONTRATADA** providenciará todos os documentos necessários para que seu pessoal possa executar legalmente os serviços especificados neste contrato.

24.4. A **CEDAE** não será responsável por quaisquer danos ou prejuízos que a **CONTRATADA**, direta ou indiretamente, por si ou seus prepostos, causar a terceiros em virtude da execução das obras/serviços de que cuida este contrato. Em qualquer hipótese, a **CONTRATADA** será, sempre, a única e exclusiva responsável pelo seu ressarcimento.



24.5. Para todos os fins de direito, obrigações e responsabilidades das partes, vinculam-se ao presente contrato a proposta de preços da contratada, a Matriz de Risco, o edital da licitação nº 001/2019 – ASL-DP (Processo E-07/100.755/2018) e todos os seus anexos, como se neles tivessem transcritos.

#### CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA – DA PUBLICAÇÃO

25.1. O extrato desta contratação será publicado no Diário Oficial do Estado, para fins de mera publicidade, e posteriormente divulgado no sítio eletrônico da **CEDAE**.

25.2. Após a publicação no Diário Oficial, deverá ser observado o disposto na Deliberação TCE-RJ n. 280/2017 para o envio das informações nos casos exigidos.

#### CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - FORO

26.1. Para dirimir quaisquer questões porventura decorrentes deste Contrato, as partes elegem o foro da Comarca da Capital do Rio de Janeiro, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim acordes em todas as condições e cláusulas estabelecidas neste contrato, firmam as partes o presente instrumento em 03 (três) vias de igual forma e teor, depois de lido e achado conforme, em presença de testemunhas abaixo firmadas.

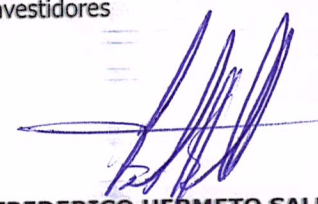
Rio de Janeiro, 01 de outubro de 2019.

Pela **CEDAE**:

  
**JOSÉ BANDEIRA DE MELLO JUNIOR**  
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

  
**CARLOS HENRIQUE COELHO BRAZ**  
Diretor da Região do Interior

Pela **CONTRATADA**:

  
**FREDERICO HERMETO SALLES**  
Sócio Diretor

TESTEMUNHAS:

Nome: Leonardo Machado de Oliveira da Costa RG: 12684314-3

Nome: \_\_\_\_\_ RG: \_\_\_\_\_  
Ref. Contr-HIDROPOÇOS-construção-de-poços-tubulares-para-pesquisa-de-água-subterrânea-LI-001-2019-VBO



### MATRIZ DE RISCOS

Categoria do risco	Descrição do evento causador do risco	Consequência na execução do objeto	Medidas para tratamento do risco	Responsável pelo tratamento do risco
Riscos atinentes execução	Atraso na execução do objeto contratual por culpa da Contratada	Aumento do custo do produto e/ou do serviço	Diligência da Contratada na execução contratual	Contratada
	Fatos retardadores ou impeditivos da execução do Contrato próprios do risco ordinário da atividade empresarial ou da execução	Aumento do custo do produto e/ou do serviço	Planejamento Empresarial	Contratada
	Fatos retardadores ou impeditivos da execução do Contrato que não estejam na sua álea ordinária, tais como fatos do príncipe, caso fortuito ou de força maior, bem como o retardamento determinado pela CEDAE, que comprovadamente repercute no preço da Contratada	Aumento do custo do produto e/ou do serviço	Revisão de preço	CEDAE
Riscos da atividade empresarial e riscos financeiros	Alteração de enquadramento tributário, em razão do resultado ou de mudança da atividade empresarial, bem como por erro da Contratada na avaliação da hipótese de incidência tributária	Aumento ou diminuição do lucro da Contratada	Planejamento tributário	Contratada
	Variação da taxa de câmbio	Aumento ou diminuição do lucro do contratado	Instrumentos financeiros de proteção cambial ( <i>hedge</i> )	Contratada
	Elevação dos custos operacionais para o desenvolvimento da atividade empresarial em geral e para a execução do objeto em particular, tais como aumento de preço de insumos, prestadores de	Aumento do custo do produto e/ou do serviço	Reajuste anual de preço	CEDAE



	serviço e mão de obra			
	Elevação dos custos operacionais definidos na linha anterior, quando superior ao índice de reajuste previsto na cláusula de equilíbrio econômico-financeiro do contrato	Aumento do custo do produto e/ou do serviço	Planejamento empresarial	Contratada
<b>Riscos trabalhistas e previdenciários</b>	Responsabilização da CEDAE por verbas trabalhistas e previdenciárias dos profissionais da Contratada alocados na execução do objeto contratual	Geração de custos trabalhistas e/ou previdenciários para a CEDAE, além de eventuais honorários advocatícios, multas e verbas sucumbenciais.	Ressarcimento, pela Contratada, ou retenção de pagamento e compensação com valores a esta devidos, da quantia despendida pela CEDAE.	Contratada
<b>Riscos ao meio ambiente</b>	Não obtenção da Licença Municipal para a implantação do empreendimento	Atraso no início das obras Atraso no cronograma Aumento dos custos	Contratada, por meio do gerenciamento ambiental deve prover todos os estudos, estimando custos.	Contratada
	Não obtenção da Licença Ambiental de instalação para a implantação do empreendimento	Atraso no início das obras Atraso no cronograma Aumento dos custos	CEDAE, por meio do gerenciamento ambiental deve prover todos os estudos, estimando custos.	CEDAE
<b>Riscos tributários e fiscais (não tributário)</b>	Responsabilização da CEDAE por recolhimento indevido em valor menor ou maior que o necessário, ou ainda de ausência de recolhimento, quando devido, sem que haja culpa da CEDAE	Débito ou crédito tributário ou fiscal (não tributário)	Ressarcimento pela Contratada, ou retenção de pagamento e compensação com valores a esta devidos, da quantia despendida pela CEDAE	Contratada



## COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

ATO DO DIRETOR-PRESIDENTE  
DE 27/09/2019

DESIGNA JOSE ALEXANDRE SILVA DOS SANTOS, Técnico Eletromecânico II, ANDRE BIANCHINI ANTONIO, Agente de Saneamento I, CRISTIANO DOS SANTOS AMARAL, Engenheiro C, como membros titulares e IURI MORENO DE MEDEIROS, Engenheiro C, como membro suplente, Gerente do Contrato JOSE RIBAMAR GOMES DE SENA JUNIOR, Agente de Saneamento I e FERNANDO PEREIRA DE TOLEDO PAIVA CARVALHO, Economista E, como suplente, para compor a Comissão de Fiscalização destinada a "COMPLEMENTAÇÃO DAS OBRAS DE AMPLIAÇÃO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA DA SEDE DO MUNICÍPIO DE MAGÉ - RJ", de que trata o Processo nº E-07/100.087/2019, Ordem de Serviço P/FIS nº 26.359-00/2019.

Id: 2211409

## COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

ATO DO DIRETOR-PRESIDENTE  
DE 20/09/2019

DESIGNA CARLOS ALBERTO LOBO DO COUTO, Engenheiro D, como Presidente, HELIO MARCOS OSSOLA CORDEIRO, Agente Administrativo E, ANTONIO JORGE MARTINS BARRETO, Analista de Sistemas D, como membros titulares e ALOYSIO GOMES FEITAL FILHO, Agente de Saneamento I, como membro suplente, Gerente do Contrato FABRÍCIO JOSE TIERA PIRES, Agente Administrativo F e DIEGO NUNES MULLER, Advogado C, como suplente, para compor a Comissão de Fiscalização destinada a "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DE ELEIÇÃO ON-LINE VIA INTERNET", de que trata o Processo nº E-07/100.972/2018, Ordem de Serviço P/FIS nº 26.364-00/2019.

Id: 2211410

## COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

ATO DO DIRETOR-PRESIDENTE  
DE 30/09/2019

DESIGNA FABIO LUIZ GOMES, Assessor Jurídico Chefe, como Presidente, RAFAEL DE AMORIM LIMA, Advogado C e DANIELA BEZERRA DE MENEZES JULIANA, Advogada C, como membros titulares e ALCIANE SARA BORDIN, Advogada B, como suplente, para compor a Comissão de Fiscalização destinada a "CONTRATAÇÃO DE 02 (DOIS) ESCRITÓRIOS, PARA PATROCÍNIO, SEM EXCLUSIVIDADE, DE PROCESSOS JUDICIAIS EM TRAMITE NOS JUÍZADOS ESPECIAIS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO", de que trata o Processo nº E-17/100.090/2016, Ordem de Serviço P/FIS nº 26.367-00/2019 - Revoga O.S. "E" nº 15.304/2018.

Id: 2211411

EMPRESA	CONTRATO	PROCESSO Nº	PORTARIA SUPAFI Nº
TELEMAR NORTE LESTE S.A.	099/2018	E-04/182/182/2017	107/2018

Art. 2º - A atual Comissão de Acompanhamento e Fiscalização do Contrato que menciona passa a ser CESAR RODRIGUES SILVA, ID Funcional 4318482-9, JHONI MATEUS TORRES DA SILVA, ID Funcional 5008160-8 e CARLOS ALBERTO GOMES DOS SANTOS, ID Funcional 4362237-2 e como substitutos os servidores LUCINEIA RODRIGUES SANTOS FREITAS, ID Funcional 5094747-8, BRUNO DA SILVA VALVERDE, ID Funcional 5010514-0 e GEOVANE DA SILVA GOMES, ID Funcional 5093133-4.

Art. 3º - Permanece inalterado o Gestor do referido contrato.

Art. 4º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 27 de setembro de 2019

DÉBORA PECANHA GONÇALVES  
Diretora-Geral de Administração e Finanças

Id: 2211277

## SUBSECRETARIA DE PATRIMÔNIO IMÓVEL

## DESPACHO DA SUBSECRETARIA

DE 01/10/2019

## AUTORIZAÇÃO PROVISÓRIA SUBPAT/SEFAZ Nº 04/2019

PROCESSO Nº SEI-04/130/002283/2019 - Diante do que consta no PROCESSO Nº SEI-04/130/002283/2019, CONCEDEMOS a autorização provisória de ocupação do imóvel da Avenida Washington Luiz, altura do nº 366, Município de Niterói, FIP nº 1489, em favor da Secretaria de Estado de Fazenda - SEFAZ.

A SEFAZ, a partir desta data, fica responsável pela guarda, conservação, manutenção e ciência da necessidade do pagamento dos eventuais impostos, taxas, tarifas e preços públicos que venham incidir sobre o imóvel.

O imóvel está sendo entregue, neste ato, à USUÁRIA para fins exclusivos de utilização em suas atividades institucionais.

A autorização, salvo outra determinação governamental, vigorará pelo prazo de 120 (cento e vinte) dias, sendo que a posterior lavratura do Termo de Entrega e Recebimento, na forma do art. 27, da Lei Complementar Estadual nº 08/77, dependerá de autorização do Sr. Governador do Estado ou da autoridade delegada.

Id: 2211437

## SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA

## SUBSECRETARIA GERAL DE FAZENDA

## SUPERINTENDÊNCIA DE RECURSOS HUMANOS

## DESPACHOS DA SUPERINTENDENTE

DE 30.09.2019

PROCESSO Nº E-04/354.232/1987 - FERNANDO LUIZ TEIXEIRA DA SILVA, Agente de Fazenda 1ª Categoria, ID Funcional nº 1950177-3, AUTORIZO o gozo da Licença Prêmio com validade a contar de 04/09/2019.

PROCESSO Nº SEI-04/095/000045/2019 - GIOVANA DOS SANTOS ITABORAL, Analista de Finanças Públicas, ID Funcional nº 507199-8, AUTORIZO o gozo da Licença Prêmio com validade a contar de 11/07/2019.

Id: 2211379

## SUBSECRETARIA GERAL DE FAZENDA

## SUPERINTENDÊNCIA DE RECURSOS HUMANOS

## DESPACHO DA SUPERINTENDENTE

DE 01/10/2019

PROCESSO Nº E-04/070/237/2016 - CARLOS DE OLIVEIRA KIRCHPENNIG, Auditor Fiscal da Receita Estadual 1ª Categoria, ID Funcional nº 1957226-3, CONCEDO 03 (três) meses de Licença Prêmio, de acordo com o art. 19, VI, do Decreto-Lei nº 2.290/75, regulamentado pelo art. 129, do Decreto nº 2.479/79, relativo ao período base de tempo de serviço apurados de 23/04/2013 a 21/04/2018.

Id: 2211499

## COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

ATO DO DIRETOR-PRESIDENTE  
DE 30/09/2019

DESIGNA JOSE ALEXANDRE SILVA DOS SANTOS, Técnico Eletromecânico II, como Presidente, ANDRE BIANCHINI ANTONIO, Agente de Saneamento I, LAURIVAL MEDEIROS DO CARMO, Engenheiro C, como membros titulares e PAULO MAURICIO TAVARES MOTA Engenheiro C, como membro suplente, Gerente do Contrato ALFREDO FERNANDES SIQUEIRA, Assessor Executivo e FERNANDO PEREIRA DE TOLEDO PAIVA CARVALHO, Economista E, como suplente, para compor a Comissão de Fiscalização destinada a "CONSTRUÇÃO DE POÇOS TUBULARES PARA PESQUISA DE ÁGUA SUBTERRÂNEA E ESTUDO DE ALTERNATIVA PARA ABASTECIMENTO DE ÁGUA, DE SÃO JOSÉ DO IMBASSAI NO MUNICÍPIO DE MARICÁ - RJ", de que trata o Processo nº E-07/100.755/2018, Ordem de Serviço P/FIS nº 26.368-00/2019.

Id: 2211412

## Secretaria de Estado de Fazenda

SUBSECRETARIA DE GESTÃO E TECNOLOGIA  
DEPARTAMENTO GERAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

## ATO DA DIRETORA-GERAL

## PORTARIA DGAF Nº 1822 DE 27 DE SETEMBRO DE 2019

## SUBSTITUI MEMBROS NA COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO, DO RECEBIMENTO E DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO QUE MENCIONA.

A DIRETORA-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS, no uso de suas atribuições legais,

## RESOLVE:

Art. 1º - Substituir as servidoras HERMELINDA CRISTINA ARAUJO PORTO, ID Funcional 5028941-1 e JAQUELINE DA SILVA CARVALHO, ID Funcional 5091112-0, pelos servidores LUCINEIA RODRIGUES SANTOS FREITAS, ID Funcional 5094747-8 e GEOVANE DA SILVA GOMES, ID Funcional 5093133-4, como substituto na Comissão de Acompanhamento da Execução do Recebimento e da Fiscalização do Contrato, instituída pela Portaria relacionada no quadro abaixo:

## ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA  
FUNDO ÚNICO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO ESTADO  
DO RIO DE JANEIRO  
DIRETORIA DE SEGURIDADEATOS DO DIRETOR  
DE 01/10/2019

APOSENTA, a pedido, RENATO DA CUNHA LETRA, AUXILIAR ADMINISTRATIVO, ID 21376247/1, da FUNDAÇÃO LEÃO XIII, nos termos do Art. 3º da Emenda Constitucional 47/2005, fixando os proventos com validade a partir de 09/08/2019. Proc. nº PD-04/143.148/2019.

APOSENTA, a pedido, LUCIA ALVES DA SILVA, TÉCNICO UNIVERSITÁRIO II, ID 25935921/1, da FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO RJ, nos termos do Art. 3º da Emenda Constitucional 47/2005, fixando os proventos com validade a partir de 14/08/2019. Proc. nº PD-04/135.263/2019.

Id: 2211457

SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA  
FUNDO ÚNICO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO ESTADO  
DO RIO DE JANEIRO  
DIRETORIA DE SEGURIDADE  
ATOS DO DIRETOR

DE 01/10/2019

APOSENTA, a pedido, LILIA BATISTA LEOCADIO, AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, ID 21360879/1, da FUNDAÇÃO LEÃO XIII, nos termos do Art. 3º da Emenda Constitucional 47/2005, fixando os proventos com validade a partir de 07/08/2019. Proc. nº PD-04/137.114/2019.

APOSENTA, a pedido, KATIA DE ANDRADE PAIVA, ASSISTENTE SOCIAL, ID 21415951/1, da FUNDAÇÃO LEÃO XIII, nos termos do Art. 3º da Emenda Constitucional 47/2005, fixando os proventos com validade a partir de 01/09/2019. Proc. nº PD-04/135.236/2019.

APOSENTA, a pedido, MARTHA FATIMA MELLO COSTA CAVALCANTE, AUXILIAR TÉCNICO - AUXILIAR DE SERVIÇOS MÉDICOS, ID 21398658/1, da FUNDAÇÃO LEÃO XIII, nos termos do Art. 3º da Emenda Constitucional 47/2005, fixando os proventos com validade a partir de 13/08/2019. Proc. nº PD-04/143.151/2019.

APOSENTA, a pedido, LUCIA MARIA NASCIMENTO NAZARETH, AUXILIAR ADMINISTRATIVO, ID 21354553/1, da FUNDAÇÃO LEÃO XIII, nos termos do Art. 3º da Emenda Constitucional 47/2005, fixando os proventos com validade a partir de 30/09/2019. Proc. nº PD-04/143.173/2019.

Id: 2211466

FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR DO  
ESTADO DO RIO DE JANEIROATO DO DIRETOR-PRESIDENTE  
DE 01/10/2019

PORTARIA/RJPREV/PRE Nº 13/2019 - NOMEIA ANGELICA DE OLIVEIRA SARAIVA, RG 21.585.474-6, matrícula 63-8, com validade a contar de 02 de outubro de 2019, no cargo de provimento por livre admissão e demissão de Secretária da Fundação de Previdência Complementar do Estado do Rio de Janeiro - RJPREV, previsto no Anexo II do Decreto nº 43.658/2012.

Id: 2211590

SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA  
FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR  
DO ESTADO DO RIO DE JANEIROATO DO DIRETOR-PRESIDENTE  
DE 01/10/2019

PORTARIA/RJPREV/PRE Nº 12/2019 - EXONERA Camila Ribeiro dos Santos, RG 20.287.616-5 DETRAN/RJ, matrícula 032-3, com validade a contar de 01 de outubro de 2019, do cargo de provimento por livre admissão e demissão de Assistente em Previdência Complementar da Fundação de Previdência Complementar do Estado do Rio de Janeiro - RJPREV, previsto no Anexo II do Decreto nº 43.658/2012.

Id: 2211501

Secretaria de Estado de Desenvolvimento  
Econômico, Emprego e Relações Internacionais

## ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

AGÊNCIA REGULADORA DE ENERGIA E SANEAMENTO BÁSICO  
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

## ATO DO CONSELHEIRO-PRESIDENTE

## PORTARIA AGENERSA Nº 598 DE 30 DE SETEMBRO DE 2019

## CONSTITUI GRUPO DE TRABALHO NA FORMA QUE MENCIONA.

O CONSELHEIRO-PRESIDENTE DA AGÊNCIA REGULADORA DE ENERGIA E SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - AGENERSA, no uso de suas atribuições legais,

## CONSIDERANDO:

- o acordo de interesses assinado entre o Governo do Estado do Rio de Janeiro e a ANEEL; e

- o decidido pelo Conselho-Diretor na Reunião Interna de 18 de setembro de 2019;

## RESOLVE:

Art. 1º - Constituir Grupo de Trabalho para coordenar, planejar e executar todas as ações administrativas necessárias para fiscalização da Light e da ENEL, na forma do acordo de interesses assinado entre o Governo do Estado do Rio de Janeiro e a ANEEL.

Art. 2º - O Grupo de Trabalho será composto pelos servidores abaixo relacionados, sob a coordenação do primeiro:

Jorge Luiz Gomes Calfo, ID Funcional nº 06177662;  
Alexandre de Carvalho Pereira, ID Funcional nº 44171625;  
Cynthia Pitz Pimenta Pinheiro, ID Funcional nº 05630088;  
Isabella Peralta Vaz, ID Funcional nº 44147899;  
Marco Antônio de Souza Junior, ID Funcional nº 51021340;  
Maria Clara Canedo de Magalhães, ID Funcional nº 42738580.

Art. 3º - O Grupo de Trabalho deverá manter o Processo Administrativo nº E-12/003.186/2013, atualizado, informando nos autos todos os procedimentos adotados, objetivando centralizar e unificar as informações no processo, conforme legislação vigente.

Art. 4º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando a Portaria AGENERSA nº 596/2019.

Rio de Janeiro, 30 de setembro de 2019

LUIGI EDUARDO TROISI  
Conselheiro-Presidente

Id: 2211390

AGÊNCIA REGULADORA DE ENERGIA E SANEAMENTO  
BÁSICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

RETIFICAÇÃO  
D.O. DE 25/09/2019  
PÁGINA 13 - 1ª COLUNA

DESPACHO DO CONSELHEIRO-PRESIDENTE  
DE 24.09.2019

## PROCESSO Nº E-22/007/189/2019

Onde se lê: ...de acordo com o art. 87, § 2º da Lei nº 8.666/93.

Leia-se: ...de acordo com o art. 87, I e II, da Lei nº 8.666/93.

Id: 2211387

## JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

DESPACHO DO PRESIDENTE  
DE 25/09/2019

PROCESSO Nº E-22/011/511/2019 - RATIFICO a Dispensa de Licitação, em conformidade com o art. 26 da Lei nº 8.666/93, a favor da OXIPARK Estacionamentos e Comércio LTDA, respectivamente no valor de R\$ 37.800,00 (trinta e sete mil e oitocentos reais) à conta do PT 2.016 e ND 3399.39.15, com base no art. 24, inciso X, do supracitado diploma legal.

Id: 2211621

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO  
ECONÔMICO, EMPREGO E RELAÇÕES INTERNACIONAIS  
LOTERIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

## ATO DO PRESIDENTE

## PORTARIA LOTERJ/GP Nº 437 DE 26 DE SETEMBRO DE 2019

DESIGNA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E  
GESTOR DO CONTRATO NA FORMA QUE  
MENCIONA.

A PRESIDENTE DA LOTERIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - LOTERJ, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 5º, Decreto-Lei nº 139, de 23 de junho de 1975, combinado com o Inciso XIII, art. 4º, do Decreto nº 11.269, de 04 de maio de 1968, o disposto no § 1º, do art. 82 da Lei nº 287, de 04 de dezembro de 1979, com suas respectivas alterações, tendo em vista os termos do processo nº E-22/006/388/2019.

## CONSIDERANDO:

- o disposto no art. 58, inciso III, c/c o art. 67 da Lei Federal nº 8.666/93;

- o disposto no Decreto nº 45.600, de 16 de março de 2016, que regulamenta a gestão e a fiscalização das contratações da administração e altera o Decreto nº 42.301/2010; e

- o disposto na Cláusula Sétima do Contrato nº 004/2019.

## RESOLVE:

Art. 1º - Designar os servidores Ruth Chagas Gama Costa, Id. Funcional nº 6189717, Denise Faria da Costa Dias, Id. Funcional nº 6189172 e Marco Antonio Gonçalves Soares, Id. Funcional nº 6189423, como membros da Comissão de Acompanhamento da Execução, do Recebimento e da Fiscalização do Contrato nº 004/2019, firmado entre a Loteria do Estado do Rio de Janeiro - LOTERJ e KOTOT AMBIENTAL LTDA., cujo objeto é a prestação de serviços continuados de coleta, transporte e destinação adequada de lixo extraordinário comum nas dependências da LOTERJ, na forma do Termo de Referência, conforme Cláusula Primeira (do Objeto e do Regime de Execução) do citado instrumento contratual.

Art. 2º - Designar, como Gestor do Contrato nº 004/2019, Fabio da Silva Cabral, Id. Funcional nº 50214136, e como Gestor Suplente o servidor José Luciano Ismerim de Oliveira, Id. Funcional nº 6189296.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 26 de setembro de 2019.

KELLY MATTOS  
Presidente

Id: 2211449



02127219884, pts. 23; CNH nº 02519542943, pts. 23; CNH nº 00028786562, pts. 20; CNH nº 05748568869, pts. 20; CNH nº 02141889505, pts. 21; CNH nº 02998402948, pts. 22; CNH nº 02780904706, pts. 20; CNH nº 00164200162, pts. 38; CNH nº 02422531536, pts. 22; CNH nº 00347046479, pts. 20; CNH nº 0019187543, pts. 25; CNH nº 00383013050, pts. 20; CNH nº 00198623825, pts. 21; CNH nº 04540915637, pts. 20; CNH nº 00609297930, pts. 22; CNH nº 00009297930, pts. 22; CNH nº 00027639548, pts. 20; CNH nº 00638047600, pts. 20; CNH nº 04364269756, pts. 22; CNH nº 01845070466, pts. 23; CNH nº 00156231163, pts. 23; CNH nº 00263185046, pts. 21; CNH nº 03844496033, pts. 23; CNH nº 00263185046, pts. 21; CNH nº 05782880278, pts. 24; CNH nº 00474659370, pts. 20; CNH nº 05096927150, pts. 21; CNH nº 00836054655, pts. 22; CNH nº 02362777037, pts. 22; CNH nº 00398445625, pts. 22; CNH nº 01469857906, pts. 21; CNH nº 03880015757, pts. 22; CNH nº 00287604303, pts. 21; CNH nº 01649673829, pts. 21; CNH nº 01517998951, pts. 21; CNH nº 05265982206, pts. 22; CNH nº 00500712394, pts. 22; CNH nº 00994510500, pts. 22; CNH nº 00500712394, pts. 22; CNH nº 01627442304, pts. 22; CNH nº 00670194359, pts. 22; CNH nº 00014386740, pts. 21; CNH nº 06441688594, pts. 26; CNH nº 04384346039, pts. 20; CNH nº 00253867200, pts. 22; CNH nº 00124910781, pts. 22; CNH nº 00351229994, pts. 20; CNH nº 0300804219, pts. 22; CNH nº 01085932538, pts. 22; CNH nº 00808315295, pts. 22; CNH nº 02697333425, pts. 20; CNH nº 01649673829, pts. 21; CNH nº 01206146733, pts. 22; CNH nº 00711260097, pts. 20; CNH nº 01507371758, pts. 22; CNH nº 05717386025, pts. 22; CNH nº 0329577789, pts. 21; CNH nº 04053641380, pts. 20; CNH nº 01882451098, pts. 20; CNH nº 0028689464, pts. 22; CNH nº 00345159520, pts. 21; CNH nº 04761606707, pts. 20; CNH nº 00129890249, pts. 22; CNH nº 01084578560, pts. 20; CNH nº 00328746040, pts. 22; CNH nº 00725521920, pts. 21; CNH nº 01207161040, pts. 23; CNH nº 00036096324, pts. 32; CNH nº 00037156840, pts. 26; CNH nº 00332329859, pts. 22; CNH nº 00398438351, pts. 25; CNH nº 00534418106, pts. 24; CNH nº 04269446900, pts. 23; CNH nº 00022636455, pts. 20; CNH nº 02528089520, pts. 20; CNH nº 00022636455, pts. 20; CNH nº 03071445008, pts. 24; CNH nº 002021423900, pts. 22; CNH nº 00288831130, pts. 22; CNH nº 00132573381, pts. 22; CNH nº 04563807434, pts. 20; CNH nº 01303689220, pts. 20; CNH nº 00117792962, pts. 20; CNH nº 00025649693, pts. 22; CNH nº 05947598829, pts. 22; CNH nº 00323080728, pts. 22; CNH nº 00142730014, pts. 24; CNH nº 00017684550, pts. 21; CNH nº 00041539677, pts. 21; CNH nº 04715558405, pts. 21; CNH nº 04012545422, pts. 21; CNH nº 00067507289, pts. 24; CNH nº 00174722858, pts. 22; CNH nº 01078300719, pts. 20; CNH nº 00376082130, pts. 20; CNH nº 00110128063, pts. 20; CNH nº 00805728301, pts. 20; CNH nº 05918143940, pts. 20; CNH nº 04933381120, pts. 28; CNH nº 00232379052, pts. 23; CNH nº 02579072534, pts. 20; CNH nº 02083881167, pts. 20; CNH nº 05419225556, pts. 20; CNH nº 00157676968, pts. 20; CNH nº 03596762401, pts. 20; CNH nº 00132678168, pts. 20; CNH nº 00242665062, pts. 23; CNH nº 00157881339, pts. 23; CNH nº 00944120262, pts. 23; CNH nº 00816342515, pts. 23; CNH nº 00454980725, pts. 23; CNH nº 00291561801, pts. 20; CNH nº 05693601012, pts. 22; CNH nº 00187248773, pts. 22; CNH nº 06025236488, pts. 42; CNH nº 00413203630, pts. 25; CNH nº 0041858378, pts. 39; CNH nº 03819218347, pts. 21; CNH nº 01030596920, pts. 21; CNH nº 00582509039, pts. 21; CNH nº 001151203612, pts. 20; CNH nº 00530498681, pts. 21; CNH nº 03573491308, pts. 20; CNH nº 0002233631, pts. 20; CNH nº 00866520719, pts. 23; CNH nº 05074259583, pts. 23; CNH nº 02500421530, pts. 26; CNH nº 00569598593, pts. 23; CNH nº 06034850340, pts. 20; CNH nº 01139280668, pts. 22; CNH nº 04097519488, pts. 21; CNH nº 02406839704, pts. 21; CNH nº 03866140196, pts. 21; CNH nº 00262288103, pts. 20; CNH nº 0017768143, pts. 40; CNH nº 0136221348, pts. 22; CNH nº 03328418771, pts. 22; CNH nº 00190178477, pts. 25; CNH nº 00145046913, pts. 21; CNH nº 00456037450, pts. 22; CNH nº 0012089616, pts. 20; CNH nº 000642498, pts. 24; CNH nº 00504318200, pts. 23; CNH nº 01638084300, pts. 26; CNH nº 00280543010, pts. 20; CNH nº 0463833640, pts. 23; CNH nº 03372183005, pts. 22; CNH nº 00116060170, pts. 23; CNH nº 00516531912, pts. 20; CNH nº 04370061714, pts. 23; CNH nº 00152965890, pts. 23; CNH nº 04544306693, pts. 24; CNH nº 01089048835, pts. 22; CNH nº 00344859317, pts. 22; CNH nº 05905500884, pts. 20; CNH nº 00206814572, pts. 67; CNH nº 03409738957, pts. 20; CNH nº 00228472305, pts. 21; CNH nº 0014313264, pts. 28; CNH nº 05498538776, pts. 21; CNH nº 00476059670, pts. 21; CNH nº 03372217001, pts. 20; CNH nº 04245587461, pts. 23; CNH nº 0565028306, pts. 21; CNH nº 01179914615, pts. 24; CNH nº 04659505470, pts. 22; CNH nº 00905600247, pts. 23; CNH nº 05277083779, pts. 26; CNH nº 02514720237, pts. 22; CNH nº 00212665930, pts. 20; CNH nº 01508664455, pts. 22; CNH nº 04988010870, pts. 21; CNH nº 0024212630, pts. 22; CNH nº 00480780005, pts. 20; CNH nº 05413957226, pts. 21; CNH nº 00124039111, pts. 21; CNH nº 0207830515, pts. 21; CNH nº 00221498792, pts. 23; CNH nº 05794356484, pts. 23; CNH nº 03872627992, pts. 21; CNH nº 03193023020, pts. 26; CNH nº 03888329833, pts. 20; CNH nº 00169686894, pts. 21; CNH nº 01314070005, pts. 24; CNH nº 00721933620, pts. 23; CNH nº 05016950061, pts. 21; CNH nº 03144212682, pts. 24; CNH nº 00581063670, pts. 20; CNH nº 00319819373, pts. 27; CNH nº 00860286900, pts. 24; CNH nº 05370444296, pts. 24; CNH nº 0021470015, pts. 20; CNH nº 00371863119, pts. 20; CNH nº 00151989326, pts. 23; CNH nº 00139318134, pts. 31; CNH nº 00177180900, pts. 22; CNH nº 02202697394, pts. 21; CNH nº 00131887014, pts. 20; CNH nº 00313230603, pts. 46; CNH nº 03094527409, pts. 21; CNH nº 00111715042, pts. 22; CNH nº 04271552882, pts. 20; CNH nº 04035142842, pts. 20; CNH nº 01010711083, pts. 23; CNH nº 01318704342, pts. 29; CNH nº 0058454082, pts. 24; CNH nº 01064838997, pts. 34; CNH nº 0109884197, pts. 20; CNH nº 0216364261, pts. 24; CNH nº 05386212215, pts. 21; CNH nº 02354187194, pts. 20; CNH nº 05407329626, pts. 30; CNH nº 00768379880, pts. 21; CNH nº 00118218363, pts. 23; CNH nº 00322585757, pts. 24; CNH nº 0597089254, pts. 22; CNH nº 00282389165, pts. 24; CNH nº 02732985757, pts. 22; CNH nº 00768402683, pts. 23; CNH nº 05826236210, pts. 22; CNH nº 02250890421, pts. 20; CNH nº 0326077323, pts. 22; CNH nº 00058073975, pts. 20; CNH nº 00097212273, pts. 21; CNH nº 00163836123, pts. 20; CNH nº 03641677226, pts. 21; CNH nº 00275413958, pts. 25; CNH nº 05686942366, pts. 20; CNH nº 0469262148, pts. 23; CNH nº 01209100603, pts. 21; CNH nº 01944517094, pts. 23; CNH nº 00299742348, pts. 23; CNH nº 00140710848, pts. 23; CNH nº 02394002035, pts. 20; CNH nº 03698610119, pts. 23; CNH nº 00326610130, pts. 24; CNH nº 016505999, pts. 21; CNH nº 0165914788, pts. 20; CNH nº 0295304853, pts. 22; CNH nº 0527953004, pts. 23; CNH nº 00502014767, pts. 20; CNH nº 02438213108, pts. 20; CNH nº 00217166894, pts. 22; CNH nº 00165282054, pts. 20; CNH nº 01334471306, pts. 23; CNH nº 05107407900, pts. 23; CNH nº 03308717537, pts. 22; CNH nº 00071124600, pts. 23; CNH nº 01151669880, pts. 20; CNH nº 04070563521, pts. 22; CNH nº 01177705103, pts. 23; CNH nº 00708917435, pts. 20; CNH nº 00288709271, pts. 22; CNH nº 04446844343, pts. 20; CNH nº 00112238498, pts. 20; CNH nº 05993130095, pts. 23; CNH nº 05348479924, pts. 20; CNH nº 04965211150, pts. 25; CNH nº 01137041493, pts. 23; CNH nº 00312892017, pts. 21; CNH nº 0341659546, pts. 23; CNH nº 00780566156, pts. 20; CNH nº 03144847562, pts. 23; CNH nº 01429212634, pts. 22; CNH nº 01056890500, pts. 20; CNH nº 0423208103, pts. 22; CNH nº 01734738713, pts. 20; CNH nº 04757193304, pts. 20; CNH nº 00808786560, pts. 21; CNH nº 04771917224, pts. 20; CNH nº 04035363342, pts. 21; CNH nº 02467569286, pts. 23; CNH nº 05389847426, pts. 21; CNH nº 0028681634, pts. 21; CNH nº 00148356557, pts. 23; CNH nº

00482402950, pts. 28; CNH nº 00065223169, pts. 24; CNH nº 0020589122, pts. 25; CNH nº 00824128701, pts. 22; CNH nº 01170413826, pts. 21; CNH nº 00408754203, pts. 22; CNH nº 00224133873, pts. 22; CNH nº 05093522297, pts. 24; CNH nº 00434691104, pts. 29; CNH nº 00020307498, pts. 20; CNH nº 01551714299, pts. 23; CNH nº 01162050106, pts. 20; CNH nº 05452663680, pts. 21; CNH nº 005528010, pts. 29; CNH nº 01627579025, pts. 22; CNH nº 01340294631, pts. 21; CNH nº 02512902471, pts. 21; CNH nº 02845475479, pts. 26; CNH nº 00132053450, pts. 21; CNH nº 01510665794, pts. 22; CNH nº 0372920704, pts. 24; CNH nº 02500011011, pts. 22; CNH nº 0016899327, pts. 21; CNH nº 0360301510, pts. 21; CNH nº 0015748930, pts. 30; CNH nº 00252602277, pts. 27; CNH nº 05759250443, pts. 20; CNH nº 02799415945, pts. 20; CNH nº 00043292670, pts. 20; CNH nº 02674885273, pts. 22; CNH nº 01214008204, pts. 20; CNH nº 04686948622, pts. 22; CNH nº 01450514020, pts. 28; CNH nº 03644800659, pts. 21; CNH nº 00498050231, pts. 20; CNH nº 00110068710, pts. 22; CNH nº 01469946122, pts. 21; CNH nº 04634254330, pts. 22; CNH nº 02493642437, pts. 26; CNH nº 04975989537, pts. 26; CNH nº 01105795226, pts. 22; CNH nº 02549016376, pts. 23; CNH nº 04170018300, pts. 30; CNH nº 03419418392, pts. 20; CNH nº 00034739387, pts. 24; CNH nº 00262361481, pts. 23; CNH nº 00121881606, pts. 21; CNH nº 023933934, pts. 22; CNH nº 02138700435, pts. 20; CNH nº 04900441155, art. 244, II; CNH nº 04814166932, art. 244, I; CNH nº 06813150126, art. 244, II; CNH nº 00079409555, art. 165 - A; CNH nº 04744268794, art. 244, I; CNH nº 04855147415, art. 244, I; CNH nº 05170863572, art. 244, I; CNH nº 05102371158, art. 218, III; CNH nº 00093212187, art. 244, I; CNH nº 05590854232, art. 244, I; CNH nº 00268049211, art. 170; CNH nº 0048785604, art. 244, I; CNH nº 0019268566, art. 170; CNH nº 06415923563, art. 165 - A; CNH nº 00582086301, art. 244, I; CNH nº 01865407789, art. 165 - A; CNH nº 06594051823, art. 244, III; CNH nº 05678658984, art. 244, I; CNH nº 05507254311, art. 218, III; CNH nº 06830323035, art. 244, II.

VICE-GOVERNADORIA  
FUNDAÇÃO DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM

## EXTRATO DE TERMO

**IDENTIFICAÇÃO:** Convênio nº 29/2019, sem repasse de recursos financeiros, assinado em 03.10.2019. **PARTES:** DER/RJ, e o Município de IGUAIBA GRANDE - RJ. **OBJETO:** Execução de obras, conservação e manutenção e demais ações, que contribuem para melhoria da malha rodoviária do estado do rio de janeiro, nos trechos que encontram-se dentro dos limites do município conveniente. **PRAZO:** 60 (sessenta) meses. **FUNDAMENTO:** Lei Federal nº 8.666/1993, alterada pela Lei Complementar nº 101/2000, Lei Estadual nº 4.320/1964. **PROCESSO Nº E-16/002.005035/2019.**

VICE-GOVERNADORIA  
FUNDAÇÃO DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM

## EXTRATO DE TERMO

**IDENTIFICAÇÃO:** Convênio nº 20/2019, sem repasse de recursos financeiros, assinado em 30.09.2019. **PARTES:** DER/RJ, e o Município de JAPERÍ - RJ. **OBJETO:** Execução de obras, conservação e manutenção e demais ações, que contribuem para melhoria da malha rodoviária do Estado do Rio de Janeiro, nos trechos que encontram-se dentro dos limites do município conveniente. **PRAZO:** 60 (sessenta) meses. **FUNDAMENTO:** Lei Federal nº 8.666/1993, alterada pela Lei Complementar nº 101/2000, Lei Estadual nº 4.320/1964. **PROCESSO Nº E-16/002.005035/2019.**

VICE-GOVERNADORIA  
FUNDAÇÃO DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM

## EXTRATO DE TERMO

**IDENTIFICAÇÃO:** Convênio nº 25/2019, sem repasse de recursos financeiros, assinado em 03.10.2019. **PARTES:** DER/RJ, e o Município de MENDES - RJ. **OBJETO:** Execução de obras, conservação e manutenção e demais ações, que contribuem para melhoria da malha rodoviária do Estado do Rio de Janeiro, nos trechos que encontram-se dentro dos limites do município conveniente. **PRAZO:** 60 (sessenta) meses. **FUNDAMENTO:** Lei Federal nº 8.666/1993, alterada pela Lei Complementar nº 101/2000, Lei Estadual nº 4.320/1964. **PROCESSO Nº E-16/002.005035/2019.**

VICE-GOVERNADORIA  
FUNDAÇÃO DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM

## EXTRATO DE TERMO

**IDENTIFICAÇÃO:** Convênio nº 28/2019, sem repasse de recursos financeiros, assinado em 03.10.2019. **PARTES:** DER/RJ, e o Município de NILÓPOLIS - RJ. **OBJETO:** Execução de obras, conservação e manutenção e demais ações, que contribuem para melhoria da malha rodoviária do estado do rio de janeiro, nos trechos que encontram-se dentro dos limites do município conveniente. **PRAZO:** 60 (sessenta) meses. **FUNDAMENTO:** Lei Federal nº 8.666/1993, alterada pela Lei Complementar nº 101/2000, Lei Estadual nº 4.320/1964. **PROCESSO Nº E-16/002.005035/2019.**

VICE-GOVERNADORIA  
FUNDAÇÃO DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM

## EXTRATO DE TERMO

**IDENTIFICAÇÃO:** Convênio nº 27/2019, sem repasse de recursos financeiros, assinado em 03.10.2019. **PARTES:** DER/RJ, e o Município de PATY DO ALFERES - RJ. **OBJETO:** Execução de obras, conservação e manutenção e demais ações, que contribuem para melhoria da malha rodoviária do Estado do Rio de Janeiro, nos trechos que encontram-se dentro dos limites do município conveniente. **PRAZO:** 60 (sessenta) meses. **FUNDAMENTO:** Lei Federal nº 8.666/1993, alterada pela Lei Complementar nº 101/2000, Lei Estadual nº 4.320/1964. **PROCESSO Nº E-16/002.005035/2019.**

Secretaria de Estado da  
Casa Civil e GovernançaADMINISTRAÇÃO VINCULADA  
COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

## EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

**INSTRUMENTO:** CONTRATO CEADAE Nº 111/2019 (DRI). **PARTES:** A COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEADAE - e a HIDROPOÇOS LTDA. **OBJETO:** CONSTRUÇÃO DE POÇOS TUBULARES PARA PESQUISA DE ÁGUA SUBTERRÂNEA E ESTUDO DE ALTERNATIVA PARA ABASTECIMENTO DE ÁGUA DE SÃO JOSÉ DO IMBASSI NO MUNICÍPIO DE MARICÁ - RJ. **PRAZO:** 120 (cento e vinte) dias. **VALOR TOTAL:** R\$ 275.581,78 (duzentos e setenta e três mil quinhentos e oitenta e um reais e setenta e oito centavos). **DATA DE ASSINATURA:** 01/10/2019. **FUNDAMENTO:** Processo nº E-07/100.755/2018 (Licitação Interna nº 001/2019 - ASL-1.1).

## COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

## EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

**INSTRUMENTO:** CONTRATO CEADAE Nº 112/2019 (DSG). **PARTES:** A COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEADAE - e a PETROTRANQUE METALURGIA LTDA. **OBJETO:** AQUISIÇÃO DE TUBOS TELESOPADOS PARA A 2ª

**ADUTORIA DE RIBEIRÃO DAS LAJES, DN 1750 (TRECHO PONTE COBERTA - INHAÚMA - RJ).**  
**PRAZO:** 60 (sessenta) dias.  
**VALOR TOTAL:** R\$ 319.500,00 (trezentos e noventa mil e quinhentos reais).  
**DATA DE ASSINATURA:** 02/10/2019.  
**FUNDAMENTO:** Processo nº E-07/100.266/2019 (Pregão Eletrônico nº 616/2019 - ADPR-31).

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS  
EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

**INSTRUMENTO:** CONTRATO CEADAE Nº 113/2019 (DSG). **PARTES:** A COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEADAE - e a WHITE MARTINS GASES INDUSTRIAIS DO NORDESTE LTDA. **OBJETO:** AQUISIÇÃO DE GASES ESPECIAIS: ARGÔNIO, NITROGÊNIO, HÉLIO E ACETILENO. **PRAZO:** 12 (doze) meses. **VALOR:** R\$ 23.929,94 (vinte e três mil novecentos e vinte e nove reais e noventa e quatro centavos). **DATA DE ASSINATURA:** 03/10/2019. **FUNDAMENTO:** Processo nº E-07/100.718/2018 (Pregão Eletrônico nº 619/2019).

Secretaria de Estado de  
Governos e Relações InstitucionaisSECRETARIA DE ESTADO DE GOVERNO E  
RELAÇÕES INSTITUCIONAIS

## EXTRATOS DE TERMOS ADITIVOS

**"INSTRUMENTO:** 7º Termo Aditivo ao Contrato nº 002/2015. **PARTES:** O Estado do Rio de Janeiro, através da Secretaria de Estado de Governo e a empresa Working Plus Comércio e Serviços Ltda. **OBJETO:** Alteração quantitativa do Contrato nº002/2016, relativo à locação de equipamentos de informática (03 notebooks e 15 desktops), para atender as demandas da Operação Segurança Presente. **PRAZO:** A partir de 01/10/2019. **VALOR DO TERMO ADITIVO E DO CONTRATO:** Dá-se ao termo aditivo o valor de R\$12.215,90 (doze mil e quinze reais e novecentos e cinquenta centavos), totalizando o contrato no valor de R\$105.669,15 (cento e cinco mil seiscentos e sessenta e nove reais e quinze centavos). **DATA DA ASSINATURA:** 27/09/2019. **FUNDAMENTO:** Art. 58, inciso I, c/c o art. 65, inciso I, e da Lei Federal nº 8.666/93. **PROCESSOS Nº E-23/001/899/2016 e E-15/001/195/2016.** **"Omitido no D.O. de 01/10/2019.**

**"INSTRUMENTO:** 3º Termo Aditivo ao Contrato nº 016/2017. **PARTES:** O Estado do Rio de Janeiro, através da Secretaria de Estado de Governo e a empresa Mapirada Indústria e Comércio de Produtos Ltda. **OBJETO:** Prorrogação prazo de vigência do Contrato nº 016/2017, relativa ao contrato de prestação de serviços de gestão de monitoramento e rastreamento móvel, com armazenamento (storage), fornecimento de equipamentos, peça, suporte, manutenção e mão de obra especializada, na forma do Termo de Referência, para atender as demandas da Operação Lei Seca.

**PRAZO:** Prazo de vigência do contrato de 12 (doze) meses, a contar de 01/10/2019, dando-se ao contrato o prazo total de 32 (trinta e dois) meses. **VALOR DO TERMO ADITIVO E DO CONTRATO:** Dá-se ao termo aditivo o valor de R\$ 472.512,72 (quatrocentos e setenta e dois mil e quatrocentos e doze reais e setenta e dois centavos, totalizando o contrato o valor R\$1.440.277,56 (um milhão, quatrocentos e quarenta mil e duzentos e setenta e sete reais e cinquenta e seis centavos). **DATA DA ASSINATURA:** 27/09/2019. **FUNDAMENTO:** Art. 57, inciso II da Lei Federal nº 8.666/93. **PROCESSO Nº E-15/001/971/2017.** **"Omitido no D.O. de 01/10/2019.**

## Secretaria de Estado de Fazenda

## SUBSECRETARIA DE PATRIMÔNIO IMÓVEL

## EXTRATOS DE TERMOS

**INSTRUMENTO:** Termo de Entrega e Recebimento, lavrado no LI-VRO: E-09/SUBGEST. Fls: 114 a 117. **TERMO Nº 23. PARTES:** Estado do Rio de Janeiro e a Secretaria de Estado de Educação-SE-EDUC. **OBJETO:** Imóvel situado na Avenida Brasil, nº 19644, Coresmo/RJ. **DATA DA ASSINATURA:** 03 de outubro de 2019. **PROCESSO Nº E-04/120/109/2017.**

**IN**